

Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em transformação

Série
Território
Científico

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos



Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora – Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral, reestruturação produtiva e patrimônio industrial. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE), do Conselho Municipal de Patrimônio de Sobral e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011.



Antônio Jerfson Lins de Freitas é graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2007) e em História – Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2019). Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará e Doutorado em Geografia pela UECE. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em
transformação



Sobral - CE
2024

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Trajétórias de pesquisa - Os mundos do trabalho em transformação

© 2024 copyright by Telma Bessa Sales, Antônio Jerfson Lins de Freitas. (Orgs)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Juliana Magalhães Linhares
Cícero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andreia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

T765 Trajetórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação. /
Organizado por Telma Bessa Sales, Antonio Jerfson Lins de Freitas. -
Sobral CE: Sertão Cult, 2024.

274p.

ISBN: 978-65-5421-130-7 - papel
ISBN: 978-65-5421-131-4 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/54211314-2024

1. Pesquisa.
2. Ensino.
3. Trabalhos- Novas perspectivas.4. Sistemas de trabalho.
1. Sales, Telma Bessa. II. Freitas, Antonio Jerfson Lins de. III. Título.

CDD 331.117

A série Território Científico

Marco Machado

Jerfson Lins

Editora SertãoCult

Quando o Projeto Território Científico foi concebido há mais de quatro anos, as incertezas sobre o que a pandemia da Covid-19 nos traria eram muitas. O futuro era opaco para previsões otimistas diante do quadro de milhares de mortos diariamente, apenas no Brasil.

Mas se o contexto era absolutamente assustador, pelo menos pudemos ter confirmada a resiliência dos pesquisadores brasileiros, que apesar de imersos em um cenário de carência de recursos financeiros e técnicos, ou-saram produzir como nunca, adequando-se àquela realidade, aprendendo a utilizar as ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, paradoxalmente ficando ainda mais próximos do que antes da clausura imposta pelo vírus.

A tsunami de lives e eventos virtuais passou assim como chegou. O cansaço de assistir a intermináveis sessões diante das telas cobrou seu preço e a busca pelo contato físico suplantou o medo de sair às ruas. Parece que havia sido em outra vida que podíamos reunir centenas de pessoas em um auditório para discutir alguma pesquisa, ou simplesmente reunir meia dúzia de amigos ao redor de uma mesa para conversar sobre assuntos banais.

Parece que foi em outra vida também que, a partir da série Território Científico, a editora SertãoCult convidou os membros de seu conselho para organizarem entrevistas com renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Muito material foi gerado a partir de tal iniciativa, um riquíssimo acervo que já originou quatro livros e agora traz à luz mais um volume, *Trajétórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação*.

Em mais uma parceria, Telma Bessa e Jerfson Lins reuniram grandes pensadores, de diversas universidades, para falarem sobre o mundo do trabalho, sobre suas carreiras e pesquisas. Mais do que uma aula sobre a realidade vivida pelo trabalhador no século XXI, este livro nos permite enxergar o mundo com os olhos treinados de alguns dos mais respeitados pesquisadores da temática.

Foram, com este, cinco grandes livros produzidos e disponibilizados gratuitamente em formato e-book no escopo do projeto. Foram dezenas de entrevistadores e entrevistados e horas de conteúdo, fontes imprescindíveis para jovens pesquisadores interessados em um aprender com quem realmente sabe sobre o tema.

Brindemos a mais este sucesso! Outros estão a caminho.

Sobral-CE, abril de 2024.

Apresentação

Há três anos nadamos nas águas profundas e agitadas enfrentando a pandemia da Covid-19 (2020-2021) no Brasil e no mundo. Em terras brasileiras, a crise sanitária foi acompanhada de uma crise política, econômica e social que expressou arroubos autoritários, posturas negacionistas e desrespeito aos direitos trabalhistas, direitos humanos, direitos de mulheres etc.

Nesses dias de tempestades de uma demora de três anos, a criatividade, a imaginação, a leveza e o uso das tecnologias informacionais e digitais adentraram em nossas casas e até hoje compõem a maneira de realizar trabalho (no universo acadêmico, por exemplo) e entretenimento.

Navegando nesse mar revolto, criamos plataformas com lives, debates, entrevistas e livros. Este, que você tem em mãos agora, é fruto dessa conjuntura, do desejo de manutenção de relações e vínculos com professores e alunos do país. É possível hoje conhecer as narrativas de intelectuais estudiosos(as) do Brasil, que se colocaram disponíveis para veicular suas trajetórias no período pandêmico do século XXI, especialmente com a temática da pesquisa sobre os mundos do trabalho.

Gratidão é a palavra que cabe para todos(as) que construíram este livro. Agradecer pelo diálogo, aprendizado, dedicação e paciência antes, durante e depois das entrevistas filmadas e que você pode verificar a partir dos links disponíveis em cada narrativa.

Boa leitura e debates a partir da categoria *trabalho*, que continua provocador e contribui na revitalização do pensamento histórico e das ciências sociais/humanas.

Os organizadores

Sumário

O trabalho continua central na sociedade..... 11

Roberto Vêras de Oliveira – UFPB

Uma visão interdisciplinar sobre o trabalho no século XXI..... 15

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro - UESPI

Doi: 10.35260/54211314-2024.p22-40

Uberização e crise no mundo do trabalho: entrevista com César Sanson..... 23

César Sanson

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p42-70

Trabalho e gênero: entrevista com Helena Hirata..... 43

Helena Hirata

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p70-94

“As marisqueiras estavam lá, elas por elas mesmas”: entrevista com Luiz Henrique dos Santos Blume..... 71

Luiz Henrique dos Santos Blume

Cosma Silva de Araújo

Fannuel Santos Mesquita

Doi: 10.35260/54211314-2024.p96-125

Transformações capitalistas e (des)igualdades no mundo do trabalho: entrevista com Márcia de Paula Leite.....97

Márcia de Paula Leite

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p126-138

Dialogar com os diversos setores da sociedade é importante na pesquisa e ensino: entrevista com Telma Bessa Sales..... 127

Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Joannes Paulus Silva Forte

Doi: 10.35260/54211314-2024.p140-165

Os sujeitos na luta pela terra: entrevista com Samuel Maupeou.....141

Samuel Maupeou
Telma Bessa Sales
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p166-186

O sindicalismo e o mundo do trabalho: entrevista com Marcelo Badaró Mattos.....167

Marcelo Badaró Mattos
Cosma Silva de Araújo
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p188-206

“Não dá para pensar a sociedade sem trabalho”: entrevista com Clarice Speranza..... 189

Clarice Gontarski Speranza
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p208-222

Pesquisa e empatia no mundo do trabalho: entrevista com Antonio Bosi..... 209

Antonio de Pádua Bosi
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p224-242

“Boas questões fazem boas pesquisas”: entrevista com Fabiane Popinigis.....225

Fabiane Popinigis
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Doi: 10.35260/54211314-2024.p244-265

“Seria estranho se eu não tivesse optado por estudar o trabalho”: entrevista com William Mello.....245

William James Mello
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Índice Remissivo.....267

Entrevistadores..... 273

Doi: 10.35260/54211314-2024.p42-70



Helena Hirata é graduada em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1969) e doutora em Sociologia política pela Université de Paris 8 - Vincennes-Saint-Denis (1979). Fez a Habilitation à diriger des recherches (HDR) (1997), equivalente à livre-docência pela Universidade de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines. Atualmente é diretora de pesquisa emérita do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) no laboratório CRESPPA - equipe GTM (Genre, Travail, Mobilités) associado às Universidades de Paris 8 – Vincennes-Saint-Denis e Paris 10 - Nanterre. Sua pesquisa é voltada para a área de Sociologia do Trabalho e do Gênero.

Trabalho e gênero: entrevista com Helena Hirata¹

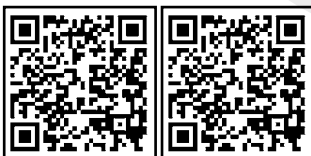
Helena Hirata

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Joannes Forte (UVA): Boa tarde, Professora Helena Hirata! Estamos aqui, professora Telma Bessa e eu, Joannes Forte, para essa conversa com a professora Helena, neste 22 de julho de 2020. Bom, em princípio quero agradecer, neste começo, por ter aceitado o nosso convite de dialogar conosco sobre a sua trajetória como pesquisadora na área do trabalho. Especialmente, na área do trabalho e gênero, que muito tem contribuído com os seus estudos e suas pesquisas para que nós possamos compreender, entender, inclusive, o lugar da divisão sexual do trabalho, nos estudos do trabalho, não só no Brasil, mas na França, no Japão, enfim, em todos os países nos quais a professora Helena desenvolveu o seu trabalho como pesquisadora.

Telma Bessa (UVA): Então, professora Helena Hirata e professor Joannes Forte, para nós, é uma grande honra tê-la conosco com essa contri-



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 22 de julho de 2020. Confira a entrevista utilizando ou clicando nos QR Codes ao lado.

buição valorosa para a nossa publicação. É uma publicação simples de uma editora pequena, independente, mas que tem um valor imenso porque nós gostaríamos de pautar essa reflexão sobre o trabalho e gênero junto aqui à nossa universidade, no Centro de Ciências Humanas, bem como em todo o país. Iniciando nosso diálogo, quais foram as motivações para a Senhora abraçar essa temática da pesquisa do trabalho com esse foco e essa variação da questão de gênero dentro desse mundo do trabalho ou mundo dos trabalhos?

Helena Hirata (CNRS): Eu gostaria primeiro de agradecer a vocês dois, tanto à Telma Bessa quanto ao Joannes Forte, por este trabalho de edição de pesquisa, de construção de elaboração de uma série de trajetórias e gostaria muito de agradecer pelo trabalho que vocês estão tendo, que vai ser útil para muitos pesquisadores, muitos estudantes, os vários atores da sociedade, atores políticos, atores sindicais que acho que vai ser bastante útil o trabalho que vocês estão tendo.

Eu acho que em relação à questão que você me colocou, Telma, sobre como é que veio o meu interesse sobre o trabalho e gênero, na realidade, eu que fiz Filosofia na USP, e em Filosofia eu estudava Hegel, então, não tinha muito a ver diretamente com a questão nem do trabalho nem com o gênero, e as minhas pesquisas eram sobre Filosofia Política, sobre Hegel e Sartre, Hegel e Marx etc., e foi quando eu tive que ir para a França como refugiada política, porque eu fui perseguida na época da ditadura militar, e aí, então, tive que fugir para a França e eu já tinha uma bolsa de estudos que me tinha sido concedida pelo governo francês, que eu tinha recusado dizendo que eu estava no Brasil e não ia sair naquele momento etc., mas quando eu tive que sair, foi muito bom porque essa bolsa estava ainda disponível e eu pude começar então a fazer pesquisas lá. E a questão é que eu encontrei um grupo de pesquisadores que trabalhavam sobre a questão do trabalho, sobre a questão do gênero, em particular a Danièle Kergoat, com quem eu tenho trabalhado e trabalho até hoje. E para nós, o importante era pensar o trabalho de uma maneira ampla, não só o trabalho profissional, o trabalho assalariado, mas também o trabalho doméstico, o trabalho não-assalariado, o trabalho informal, o trabalho não remunerado. Então, a gente pensou o trabalho de uma forma bem mais ampla do que naquela época a Sociologia do Trabalho estudava. A Sociologia do Trabalho se inte-

ressava pelo trabalho profissional, pelo trabalho assalariado, pelo trabalho nas empresas, a ação organizada nas empresas, e se interessava pouco pelas outras dimensões do trabalho que nos interessavam, justamente, tendo em vista a questão do gênero, isto é, da relação social entre homens e mulheres na sociedade. Então, o trabalho doméstico é um trabalho que, para nós, era tão importante quanto o trabalho profissional, porque era um trabalho realizado gratuitamente dentro das casas, dentro da família, realizado, digamos, por amor, mas sem nenhuma remuneração e isso evitava toda uma série de recursos ao trabalho assalariado de pessoas que deviam, por exemplo, cozinhar ou deviam arrumar as casas, ou deviam fazer roupas etc. Tudo isso era feito pela dona de casa gratuitamente. Então, a reflexão sobre as relações entre homens e mulheres na sociedade, a relação dentro da família foi uma reflexão que nos levou a pensar a Sociologia do Trabalho e o trabalho de uma maneira bem mais ampla do que na época se fazia na área das reflexões sobre o trabalho.

Hoje, isso mudou e muitas pessoas, muitos pesquisadores trabalham a questão do gênero e do trabalho, isto é, pensam o trabalho numa dimensão muito mais ampla, muito mais global e muitas pessoas hoje, muitos pesquisadores pensam o trabalho, não só assalariado, mas também o trabalho que se realiza na sociedade, que reverte a toda a sociedade, mas que não é reconhecido, não é valorizado e, aliás, é bastante desvalorizado como todas as profissões que são profissões femininas e que são próximas do trabalho doméstico, que também são desvalorizadas e não reconhecidas, que é o caso, por exemplo, o trabalho de cuidado: o cuidado de crianças, o cuidado de idosos, o cuidado de deficientes físicos e mentais. O cuidado de doentes é feito gratuitamente no interior do lar pelas mulheres e quando esse trabalho é trazido para o mercado, quando ele se mercantiliza, quando ele se torna uma profissão, uma profissão de cuidadora, uma profissão de auxiliar de enfermagem, essas profissões são desvalorizadas, se paga muito pouco por elas no mundo inteiro.

Joannes: Professora, é interessante a sua trajetória porque é uma trajetória transnacional, digamos assim. Até chegar nos estudos sobre trabalho e gênero, como foi que se desencadeou o seu processo de pesquisa entre Brasil, França e Japão?

Helena: Sim. Na realidade eu nasci no Japão e fui para o Brasil com idade de 5 a 6 anos porque o meu pai era advogado e conseguiu fazer uma especialização no Japão e depois conseguiu um trabalho de consultor jurídico no Consulado Japonês em São Paulo. Então, minha mãe, que era japonesa, ela mudou com os três filhos que nasceram no Japão, inclusive eu, que era a primogênita. Nós fomos todos para o Brasil e, no Brasil, eu fiz toda a minha escolaridade: primário, ginásio, clássico e universidade e, depois, vim para a França por causa da ditadura militar. Então, eu tinha bastante familiaridade com o Japão. Era a minha língua materna. Também tinha muita familiaridade com o Brasil e também com a França, porque quando fui para a França, tinha 24 anos e eu estudei, terminei e fiz o meu Doutorado e fiz também uma série de trabalhos pequenos para ganhar a vida. E depois que eu consegui terminar o Doutorado, eu fui recrutada pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica, como Joannes Forte falou no início, pelo *Centre National de la Recherche Scientifique*, e nesse Centro eu comecei desenvolvendo pesquisas sobre empresas multinacionais francesas e japonesas no Brasil. Então, era uma comparação entre filiais e matrizes de multinacionais francesas e japonesas. Eu tive bastante facilidade para entrar nessas empresas porque, no caso do Japão, o meu pai, depois de ser advogado, se tornou deputado. Ele foi deputado estadual duas vezes, deputado federal duas vezes e, como deputado, ele ajudou a entrada de empresas japonesas para o Brasil. Ele fez a intermediação entre o governo brasileiro e as empresas japonesas. Então, quando eu ia para as empresas japonesas no Brasil dizendo que eu era filha do meu pai, eles tinham muita facilidade, com muita boa vontade me acolhiam e depois avisavam às matrizes, quando eu ia para o Japão, dizendo que iria entrevistar as pessoas nas matrizes.

E assim, fui a mais de trinta empresas, estabelecimentos industriais de quase todas os diferentes ramos industriais: o automóvel, têxtil, confecção, indústria do vidro e todas essas grandes indústrias que tinham filiais aqui no Brasil, como é o caso da Toyota, como é o caso de outras empresas, e essas comparações entre filiais e matrizes foi muito interessante porque aí, primeiro eu vi que, para as empresas, eram homens e mulheres, não era assim uma entidade neutra que eles empregavam. Eles já saíam à procura de um certo tipo de trabalhadores que eram diferentes pelo seu sexo, pelas suas qualidades, pelas suas qualificações etc. Então, a mão de obra era as-

sexuada, a mão de obra era mão de obra masculina ou feminina e também deu para ver, comparando filiais e matrizes, que havia uma produtividade muito grande nas matrizes japonesas e que nas filiais havia produtividade menor porque se empregava muito mais gente para fazer a mesma coisa com uma tecnologia relativamente similar. A tecnologia que vinha do Japão era mais ou menos a mesma no Brasil, nas filiais brasileiras. E as pessoas, na realidade, elas tinham uma produtividade menor porque, para fazer a mesma coisa, havia muito mais gente, muito mais trabalhadores que eram recrutados, por exemplo, por causa das férias, porque tinha férias, porque os trabalhadores faziam, na realidade... eles substituíam os que estavam de férias e os que estavam doentes, enquanto que no Japão não havia férias. Os trabalhadores não tinham o gozo de férias, eles não tinham o gozo de tempos assim, o absenteísmo era quase zero, enquanto no Brasil havia muito absenteísmo. Por exemplo, no Polo Petroquímico de Camaçari. Por quê? Porque no Polo Petroquímico de Camaçari, as pessoas vinham de 30, 40 km de Salvador até o Polo de ônibus e havia problemas. Muitas vezes de deslocação etc., enquanto que os trabalhadores japoneses moravam praticamente no local onde eles trabalhavam. Havia moradias da empresa e isso diminuía, digamos, a necessidade de ter mais mão de obra. Então, por toda uma série de razões que se deve a questões culturais, a questões de modos de vida, a questões diversas, havia várias diferenças muito grandes entre as filiais e as matrizes das firmas multinacionais, o que me levou a confirmar o interesse de fazer comparações internacionais porque uma perspectiva comparativa... a Sociologia, desde o seu início considera importante um ponto de vista comparativo. Uma comparação internacional como o método de conhecimento e acho que deu para ter uma série de conhecimentos novos fazendo essa pesquisa de comparação entre filiais e matrizes de firmas multinacionais.

Telma: Eu gostaria que a senhora comentasse aqui, então, quem são esses trabalhadores que compuseram, que construíram a Volkswagen e o Centro Industrial do Brasil, que foi no ABC Paulista. E quem são esses homens e essas mulheres que tiveram um papel fundamental no processo de redemocratização do Brasil? E também, quais foram as principais dificuldades que a senhora teve nesse processo de pesquisa, não só de entrar no ambiente de trabalho, mas também desenvolver essa pesquisa. Quais as documentações?

Helena: Eu acho que eu tive esta vantagem, por exemplo, em relação às firmas japonesas que eu, por causa do meu pai, tive mais facilidade de acesso, mas ao mesmo tempo criou dificuldades o fato de que queria fazer uma pesquisa numa época em que entrar nas fábricas já era problemático. Eu comecei as minhas pesquisas no fim dos anos 1970, começo dos anos 80, que era uma época em que ainda estávamos no período que tinha acabado de haver a anistia. E foi porque houve a anistia que eu pude começar a fazer pesquisa no Brasil, e aí realmente deu para ver que os trabalhadores e as trabalhadoras no Brasil tinham uma combatividade diferente da que a gente encontrava, por exemplo, no Japão, onde os sindicatos de empresa, são sindicatos que não têm autonomia da empresa. A empresa, na realidade, modela esses sindicatos e os trabalhadores têm que ser obedientes, não podem fazer greves, têm de estar de acordo com a política da empresa. O que não acontecia no caso do Brasil e eu, inclusive, logo que eu cheguei no Brasil em 1980, eu fiz conferências no Sindicato dos Trabalhadores do ABC Paulista porque eles tinham muito interesse em conhecer o processo de criação de Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), que havia bastante no Japão e que fazia com que as empresas pudessem ganhar muito com essas ideias sobre inovações etc., que os próprios trabalhadores davam para a empresa e os trabalhadores do ABC tinham muitas dúvidas sobre a maneira como as empresas no ABC queriam implantar o CCQ. Inclusive, a Tribuna Metalúrgica, que era o jornal, o periódico do Sindicato dos Trabalhadores do ABC, dizia que CCQ queria dizer “come, calado e quieto”, e aí então, eles diziam que “come, calado e quieto” era o lema do CCQ e dessas diferentes características do modelo japonês, essas diferentes formas de adoção do modelo japonês de empresa no Brasil. E acho que houve uma série de pessoas que mostraram que no Brasil esses trabalhadores e essas trabalhadoras, embora com muitas dificuldades, sobretudo dificuldades monetárias, dificuldades econômicas, fizeram, construíram, digamos, o Brasil industrial tal como a gente conhece hoje. Embora hoje esteja havendo uma desindustrialização, como bem descreve um pesquisador, o professor Pierre Salama, que mostra que houve uma desindustrialização grande no Brasil nas últimas décadas.

Eu acho que é importante essa sua questão sobre os trabalhadores que construíram o Brasil porque, na realidade, um dos achados dessa comparação internacional que eu fiz é que, por exemplo, quando eu perguntava

sobre o sofrimento e prazer no trabalho, na linha da psicodinâmica do trabalho do Christophe Dejours, que eu colaborei bastante com ele, quando eu perguntava sobre o sofrimento e prazer no trabalho, as questões relacionadas ao sofrimento e ao prazer eram muitas vezes muito próximas nos três países. Os trabalhadores diziam que o trabalho bem feito, por exemplo, dava prazer, que havia uma série de questões que eram positivas no trabalho, mas as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros eram os únicos que diziam que havia um problema no sofrimento, que era o sofrimento da dificuldade econômica, dos baixos salários e toda essa questão do problema econômico era levantado apenas pelos trabalhadores brasileiros, e não pelos trabalhadores dos outros países, embora do ponto de vista financeiro, claro que esses trabalhadores, ditos não qualificados, ganhavam menos do que trabalhadores de outros setores. Mas, comparando os mesmos tipos de trabalhadores nos três países, dava para ver que a questão econômica estava muito mais presente no caso dos trabalhadores do Brasil do que dos outros dois países. Eu acho que isso também é uma verdade em relação ao trabalho de cuidado, que é uma pesquisa que eu faço atualmente, porque dá para ver que as trabalhadoras – as cuidadoras – elas ganham mais no Japão, ganham menos no Brasil e ganham intermediário, digamos, um valor intermediário na França.

Mas no Brasil há uma diferença muito grande salarial que faz com que as trabalhadoras brasileiras estejam sempre procurando vários trabalhos ao mesmo tempo, embora tenham 24 horas por dia, como as trabalhadoras francesas ou as trabalhadoras japonesas. Elas, na realidade, muitas vezes trabalham como cuidadoras numa instituição, trabalham no fim de semana no hospital, trabalham em casa de família cuidando de idosos à noite, quer dizer, elas se desdobram para poder ter o dinheiro necessário para a sobrevivência e, ao mesmo tempo, quando a gente olha do ponto de vista das trajetórias delas, a gente vê que a trajetória dessas trabalhadoras tem muito trabalho informal: muito trabalho de trabalhadora doméstica, de vendedora, de diferentes trabalhos ditos “não qualificados”, informais, que formam a trajetória delas enquanto que, por exemplo, no Japão, são em geral jovens que fizeram o seu curso de cuidadoras depois de fazerem o seu segundo grau e que vão trabalhar até o casamento, porque quando se casam, você tem que sair do trabalho profissional. No caso do Japão, até hoje, porque se considera que as mulheres devem cuidar das crianças, educar as crianças,

e não continuar a trabalhar. Então, isso faz com que as mulheres japonesas tenham que abandonar a carreira pela metade, no meio da carreira para cuidar dos filhos e, por causa disso mesmo, há poucas creches no Japão ou as creches não estão desenvolvidas porque se considera que não é a creche que deve cuidar da criança, mas é a mãe. E hoje em dia se nota uma taxa de fertilidade muito baixa no Japão, que é 1,2 crianças por mulher com idade para procriar, porque as mulheres que têm um trabalho interessante ou que não querem parar de trabalhar, elas decidem não ter filhos porque é uma maneira de poder continuar a ter uma vida profissional, quando você tem o apreço pela vida profissional.

Joannes: Professora Helena, ouvindo esse seu comentário agora, a respeito do trabalho precário, podemos pensar, inclusive, como a Márcia de Paula Leite (Unicamp) também, e outras pesquisadoras e pesquisadores que chegaram a observar que a precariedade do trabalho não é igual em todos os países. Existem especificidades, de país a país. Talvez seja essa a grande razão pela qual não devemos nos apropriar de formulações como o toyotismo, o fordismo, o taylorismo, como modelos organizativos, técnicos e de controle do processo de trabalho, da produção dos trabalhadores e das trabalhadoras em toda parte do mundo, em todos os países, devendo conhecer e entender cada país. Eis que o trabalhador e a trabalhadora podem ter mais direitos em um país em relação a outros. A depender de cada país se observa que o quadro econômico, as condições materiais de vida, o acesso a direitos do trabalhador e a trabalhadora podem ser, digamos assim, mais difíceis ou precários do que noutro país. Então, por exemplo, enquanto a Europa vivia um estado de bem-estar social, o Brasil vivia uma precarização do trabalho. O nosso país, quando se desenhou a Constituição de 88, o Brasil já tinha um trabalho precário, que é diferente do trabalho precário francês, do trabalho precário japonês e, a partir daí, pensando sobre as pessoas, digamos, que fazem parte de categorias sociais alvejadas pelas violências cotidianas, pelos preconceitos, pela discriminação, pelas exclusões, há as pessoas negras, as mulheres, sobretudo mulheres negras, mulheres pobres, pessoas que sofrem com a desigualdade socioeconômica. Isso se encontra com esses elementos, inclusive de gênero, de raça. Diante disso, nós sabemos que o feminismo negro desenvolveu uma perspectiva muito interessante chamada interseccionalidade, a partir dos estudos de Patrícia Hill Collins, depois seguidas de outras mulheres, de outras pesquisadoras, de mulheres

negras e de outras não-negras também, que enveredaram pelos caminhos da interseccionalidade. Por outro lado, a sociologia francesa nos mostra um conceito que se chama consubstancialidade e, com a consubstancialidade, evidencia-se também as relações sociais estruturais, como as relações de classe, as relações de raça e as relações de gênero. Gostaria que você fizesse um comentário a respeito desses dois conceitos tão presentes na Sociologia do Trabalho, especialmente, nos estudos de trabalho e gênero que têm sido desenvolvidos por você, pela Danièle Kergoat e por outras pesquisadoras e pesquisadores que têm se dedicado à abordagem dessas relações sociais de classe, de gênero, de raça, de região, de geração, para o entendimento do mundo do trabalho.

Helena: Eu acho que é importante o que você colocou no início, isto é, que a gente não deve considerar que o modelo fordista, que o modelo taylorista, o modelo japonês, são modelos universais porque justamente a precariedade, por exemplo, é diferente de país para país, de categoria social para categoria social. Então, considerar como sendo modelos universais transponíveis a outras sociedades e a outras realidades é uma temeridade. Eu acho que você tem razão de dizer que não se deve considerar como sendo categorias universais. Outra coisa que você disse também que concordo é a questão da precariedade, que é vista de maneira diferente pelos atores sociais e eu sei que, por exemplo, na França, é um dos lugares onde mais se desenvolveu a ideia de que a precariedade pode ser também um sentimento subjetivo, que você pode ter um trabalho de tempo indeterminado, um trabalho estável no setor público etc., e ter o sentimento da instabilidade, um sentimento de precariedade, embora, objetivamente, você tenha um trabalho estável. Então, essa ideia de que, dada situação, dada conjuntura, dado momento, você pode ter a impressão de que essa situação pode se reverter e que você pode não ter sempre essa estabilidade, esse sentimento subjetivo

[...] a gente não deve considerar que o modelo fordista, que o modelo taylorista, o modelo japonês, são modelos universais porque justamente a precariedade, por exemplo, é diferente de país para país, de categoria social para categoria social. Então, considerar como sendo modelos universais transponíveis a outras sociedades e a outras realidades é uma temeridade.

de precariedade é algo que a literatura francesa, por exemplo, Daniele Li-nhard estudou e que não aparece tanto nas pesquisas realizadas em outros países como o Brasil ou Japão. Então, eu acho que realmente é importante dizer que a precariedade é vivida diferentemente de país para país, de lugar para lugar, de pessoa para pessoa etc.

Agora, a questão da interseccionalidade, que você citou muito bem a Patrícia Hill Collins que nós recebemos no ano passado... ela veio ao Brasil e falou no Rio de Janeiro, falou em São Paulo. Eu acho que ela não chegou a ir ao Nordeste, embora tenha querido, mas já foi outras vezes e ela tem muito interesse pelo Brasil justamente pelo fato de que existe o movimento negro. Existe uma população negra numa quantidade muito grande e também, eu acho que ela representa o pensamento da interseccionalidade, o pensamento do “*black feminism*”, do feminismo negro, mas ela reconhece que, no Brasil, pessoas como Lélia Gonzalez e outras pesquisadoras negras e que trabalharam sobre a questão do feminismo negro têm um papel importante para irrigar esse tipo de pesquisa sobre o pensamento negro e sobre o feminismo negro. Então, eu acho que é muito importante pensar em todas as precursoras brasileiras do pensamento negro e que forjaram conceitos novos que hoje em dia estão sendo aplicados, por exemplo, na França, o “*América Ladina*”, é uma expressão que junta América e África e que é uma expressão da Lélia Gonzalez e é muito utilizado hoje, por exemplo, por pesquisadores e pesquisadoras francesas, como Jules Falquet, que é uma pesquisadora, uma socióloga que também tem bastante contato com o Brasil e com o pensamento negro brasileiro. Agora, eu acho que a interseccionalidade, a consubstancialidade podem ser considerados sinônimos. Não é o que pensa Danièle Kergoat. Danièle Kergoat defende que o termo é consubstancialidade e vai dizer que interseccionalidade não é um bom termo para o que a gente quer dizer, isso é, interdependência entre a raça, o gênero e a classe. Ela acha que a interseccionalidade reúne ou tenta interseccionar categorias; categoria de classe, categoria de raça, categoria de gênero e que, portanto, pode ter um ponto de vista geométrico sobre a questão, enquanto que a consubstancialidade, para ela, é um conjunto de relações sociais. Para ela, trata-se de relações sociais de raça, relações sociais de gênero, relações sociais de classe social e que essas relações sociais são relações de poder, são relações de dominação, então, que a Interseccionalidade muitas vezes, pensando em termos de categorias, não

vai atentar às relações sociais e que, para ela, é importante as relações sociais. De fato, a Kimberlé W. Crenshaw utilizou pela primeira vez esse termo de Interseccionalidade, que funda o conceito de Interseccionalidade. Ela nem sempre pensa em termos de relações sociais. Ela pensa em termos de categorias, mas alguém como Patrícia H. Collins, que usa o termo Interseccionalidade, mas pensa em termos de relações sociais, eu acho que aí consideraria sinônimo, porque é o ponto básico para definir a interdependência das relações sociais, de classe, gênero e raça, então, falar em Interseccionalidade ou de falar em Consubstancialidade é uma questão um pouco nominalista, eu acho que poderia se considerar que são dois termos que podem ser considerados sinônimos porque as duas falam de relações sociais. Para mim, o que é importante é, primeiro, considerar que são relações sociais, e não categorias geométricas, e segundo, que não há hierarquização entre esses três termos. Isso é muito importante e define a Interseccionalidade em relação ao resto.

A Interseccionalidade considera que não há uma hierarquia, por exemplo, da classe social que seria uma determinação em última instância, em relação ao gênero ou em relação à raça. Por exemplo, os marxistas tradicionais, há muitos no Brasil, consideram que, mesmo que a raça seja importante, mesmo que o gênero seja importante, no fim das contas, no momento do “pega pra capar”, como a gente diz, o importante é a classe social. É a classe social que é a determinação em última instância. Ora, se você considera que um dos três termos... que tem uma hierarquização entre os três termos e a hierarquização é de um termo sobredeterminar os outros. Nesse caso, os teóricos da Interseccionalidade não estariam de acordo, nem Patrícia H. Collins, nem Danièle Kergoat, nem Kimberlé W. Crenshaw, nem muitas pesquisadoras e pesquisadores que hoje no Brasil e fora do Brasil analisam a realidade em termos de Interseccionalidade. Eu acho que valeria a pena olhar o artigo da Bila Sorj e o meu artigo no livro que saiu no Rio, pela Edição da Fundação Getúlio Vargas, que se chama *Trabalho, logo existo*². O Descartes fica se remexendo no túmulo, porque não vai gostar nada nada dessa mudança nos termos dele. Mas o *Trabalho, logo existo* é um livro onde tem vários textos sobre a questão da Interseccionalidade, inclusive, um texto da Amélie Le Renard, que é uma pesquisadora francesa

2 MARUANI, Margaret (Org.). *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro: RJ, FGV Editora, 2019.

e que trabalha sobre um dos pontos de Interseccionalidade, que é a Nação. Ela mostra como a Nação pode ser um ponto importante na Interseccionalidade. Então, aí você, Joannes, apresentou vários: região, geração etc. Então, é um pouco o que eu chamo de Interseccionalidade de geometria variável, porque na realidade, para Danièle Kergoat existem três pontos, três aspectos, três dimensões que são fundamentais na Consubstancialidade, que é: a raça, o gênero e a classe. E quando a gente vai colocar, por exemplo, a geração, a idade, a nação ou a religião, outros termos, a gente vai considerar... eu considero que se trata de uma Interseccionalidade de geometria variável. Eu considero que há realmente três dimensões básicas, como diz Danièle Kergoat, mas quando a gente vai fazer pesquisa empírica, às vezes a questão, por exemplo, da idade se torna fundamental, se torna central, se torna mais evidente e aí você vai trabalhar com a intersecção entre a raça, a classe, o gênero e a idade, a geração, a intergeracionalidade. Então, acho que essa questão da Interseccionalidade é bastante complexa e acho que hoje em dia está na moda. Muita gente trabalha sobre essa questão. Mas ainda está longe de ser uma questão resolvida, mas espero que tenha esclarecido alguns pontos em relação às duas denominações.

Telma: Professora, eu fico maravilhada com as suas reflexões. Na década de 90, no final de 98/2000, na virada do século, nós víamos um Brasil com muitos desempregados e a pauta era também a chegada da nova tecnologia. Então, no mestrado eu fiz uma pesquisa sobre os metalúrgicos... e o que é a célula... o CCQ aqui, é uma figura da Tribuna Metalúrgica explicando e compreendendo, tentando compreender que método é esse; o que é que tem por trás desse aparato tecnológico da entrada dos robôs, dos comandos número-computadorizados e a própria relação dos trabalhadores no “chão da fábrica” que foi mudando e na visão de muitos trabalhadores, isso iria tirar obviamente postos de trabalhos. Então, nesse sentido, nós percebemos uma precarização muito grande desse empregador que não acompanhou, que não foi incluído nessa virada, nessa transformação da tecnologia. Então hoje, nós estamos no século XXI e percebemos que esses trabalhadores estão mais precarizados do que nunca, sem vínculo nenhum porque o que nós conquistamos em 1945 com a CLT³ etc., hoje nós vimos uma total flexibilização. Nesse sentido, como a senhora poderia comentar conosco o que é esse trabalhador hoje? Quais são essas reinvin-

3 Consolidação das Leis do Trabalho.

dicações ou que mundo do trabalho é esse que além de existir essa amplificação, essa amplitude maior para a questão de gênero, tardia, inclusive, aqui no Brasil... nós descobrimos tardiamente que a classe operária tem dois sexos, como já nos dizia a Elisabeth Souza, mas, como é que nós hoje podemos contribuir para compreender esse processo histórico, e parece que nós voltamos, assim, num mundo que de um lado é essa tecnologia potente - revolução 4.0 -, e do outro lado, total precarização e vínculo nenhum e o processo de uberização que nós vimos no Brasil, um pouco esse paradoxo... A senhora poderia comentar?

Helena: Eu acho que é um paradoxo mesmo. E os dois aspetos, os dois lados. Você vê a uberização, você vê toda essa mobilização dos entregadores que foi recentemente uma mobilização bastante histórica porque você não vê em outros lugares, por exemplo, na Europa, onde há muitos entregadores, você não viu nenhuma mobilização do tipo que se viu agora com a greve dos entregadores no Brasil e eles mostram a face mais precária do que você colocou, da precariedade dos trabalhadores. Porque eles não têm direitos sociais nenhum e eles já começam sem direitos, enquanto que o caso de vários outros trabalhadores industriais ou de serviços, eles deixaram de ter direitos, têm menos direitos com a Reforma Trabalhista. Então, eu acho que a Reforma Trabalhista é um marco, assim como foi um marco a Constituição de 88, assim como foi um marco, 45, como você levantou. Então, eu acho que há uma situação de crescente precarização com essas leis e essa Reforma Trabalhista que foi anterior ao Bolsonaro, mas que se acentuou, hoje em dia, você vê o número de precários, de informais como aumentou no Brasil e eu acho que a Reforma Trabalhista realmente tornou a situação bem pior para categorias como as trabalhadoras domésticas. As trabalhadoras domésticas tiveram uma legislação que as privilegiou em 2013/2015, no esteio das regulamentações da ONU em relação às empregadas domésticas e, hoje em dia, com a

[...] eu acho que há uma situação de crescente precarização com essas leis e essa Reforma Trabalhista que foi anterior ao Bolsonaro, mas que se acentuou, hoje em dia, você vê o número de precários, de informais como aumentou no Brasil e eu acho que a Reforma Trabalhista realmente tornou a situação bem pior para categorias como as trabalhadoras domésticas.

Reforma Trabalhista elas perderam praticamente o pouco que começaram a conquistar em 2013/2015 e hoje em dia há uma explosão da informalidade que sempre caracterizou o trabalho doméstico remunerado no Brasil e acho que realmente é um escândalo que das seis milhões de trabalhadoras, mais de 70% sejam informais e não tenham direito nenhum, como grande parte de trabalhadores hoje em dia no Brasil.

Acho que você fez bem de lembrar a indústria 4.0, todas as novas tecnologias, porque de fato essas tecnologias estão trazendo de novo um grande excesso de desempregados e esse movimento ocorreu já no passado. Nos anos 60 e 70 houve todo um período em que nós estudamos as novas tecnologias e as consequências das novas tecnologias sobre o emprego dos trabalhadores. Hoje em dia, a gente está vendo o mesmo fenômeno e eu acho que a OCDE, a ONU e os organismos internacionais que estudam a questão da evolução do emprego têm mostrado como haverá uma diminuição do emprego dito não qualificado, aí, todos os mais qualificados que têm mais competência específica em certos ramos não serão prejudicados e ganharão, digamos, com esse aumento das tecnologias novas e da mudança de patamar tecnológico. Acho que é bastante preocupante, e sobretudo preocupante se pensarmos nas mulheres, porque as mulheres estão sendo e sempre foram vítimas desse tipo de situação porque estão sempre nas categorias menos qualificadas e que estão em trabalhos que são mais facilmente substituíveis por robôs, mas ao mesmo tempo você pode ver, por exemplo, no trabalho de cuidado, das cuidadoras. Embora se diga que no Japão existem robôs para substituir as cuidadoras, na realidade não é tão simples assim porque o trabalho emocional, para um robô, fazer o trabalho emocional acho que não dá para dizer que ele vá poder fazer trabalho emocional, embora ele possa fazer muita coisa, e acho que esse trabalho de cuidadoras ainda tem um limite para a robotização, que é o fato de que uma cuidadora é muito pouco paga, tem salários muito pequenos, e um robô custa muito caro. Um robô que substitui uma cuidadora é em termos de algumas centenas de milhares de dólares cada robô, então, como as cuidadoras são muito mal pagas, o salário delas é muito pequeno. Esse é realmente um limite econômico evidente a toda a tentativa de robotização, de modernização tecnológica nesse ramo, além do que, eu acho que, para as pessoas idosas, um robô não é sempre o interlocutor mais favorável porque as pessoas idosas têm toda uma série de limitações, digamos,

para acolher algo de totalmente novo, algo de totalmente mecânico etc. E então, acho que há muitos limites para a robotização nesse campo particular do cuidado.

Joannes: Em 2002 foi publicado no Brasil o seu livro *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade, um livro muito conhecido da sua produção, entre outros trabalhos, sobretudo nos últimos tempos, com a sua análise sobre o “care”. A minha pergunta, professora, vai nesse sentido: há uma nova divisão sexual do trabalho nesse momento, nesses, digamos, nos últimos dez anos, depois que houve uma estruturação do mercado de trabalho no Brasil, então foram criados milhões de postos de trabalho, mas com grande rotatividade e muitos deles com um salário mínimo, postos de trabalho com salário mínimo, postos de trabalhos formais.

Na verdade, são duas questões em uma. Uma é: a chamada nova divisão sexual do trabalho, se você identificou isso nesse processo da criação de postos de trabalho, digamos, algo novo num processo antigo que nos leve a ver a divisão sexual do trabalho e a desigualdade de homens e mulheres associadas a outros elementos que também passaram a ser mais presentes, inclusive nos estudos do trabalho na atualidade, que é o trabalho relacionado às pessoas LGBT. Um exemplo de fenômeno que contempla essa relação é Lei n.º 13.352, de 27 de outubro de 2016 (Lei do Salão Parceiro), a partir da qual o/a trabalhador/a, tido/a como parceiro/a do/a proprietário/a do salão, é alguém que vai trabalhar necessariamente em um espaço que não lhe pertence, subordinando-se ao proprietário do negócio, o dono do salão⁴. Em tese, essa relação não é entre o/a trabalhador/a e o patrão, mas sim entre “parceiros”, sem contrato de trabalho baseado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e sem direitos trabalhistas. Com base em situações como a do “Salão Parceiro”, podemos dizer que, no cenário atual, há uma nova divisão sexual do trabalho, desde a expansão

4 Para Forte (2021), a reforma trabalhista do governo Temer começou pela flexibilização dos direitos das/os trabalhadoras/es pobres, principalmente negras/os, e pessoas LGBT, que são as manicures, as/os cabeleireiras/os, as/os esteticistas, todas/os trabalhadoras/es dos salões de beleza. Segundo Forte (2021), pode-se considerar que a Lei do Salão Parceiro foi a primeira parcela da Reforma Trabalhista de 2017, seguida pela liberalização da terceirização irrestrita (Lei n.º 13.467/2017) e pela efetivação da Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017). FORTE, J. A economia solidária e as alternativas à coronacrise. In: SALES, T. B; SANTOS, C. A. P.; FREITAS, A. J. L (Orgs.). *Lives: mundo do trabalho na pandemia*. Sobral-CE: Sertão Cult, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361733518_A_economia_solidaria_e_as_alternativas_a_coronacrise A economia solidária e as alternativas à coronacrise (researchgate.net)

de postos de trabalho, que aconteceu nos governos do PT, com os milhões de empregos criados, até esse contexto que mostra uma precarização do trabalho que envolve, sobretudo, mulheres lésbicas, homens gays, travestis, transexuais, quando se trata da Lei do Salão Parceiro, ponto pelo qual, digamos, a Reforma Trabalhista de 2017 foi iniciada no Brasil?

Helena: Você já colocou as dimensões da precarização que mudam a divisão sexual do trabalho, as dimensões da entrada das pessoas LGBTs, das lésbicas etc., no trabalho, a criação de muitos postos de trabalho nos governos do PT, tudo isso modifica, de uma certa forma, a divisão sexual do trabalho. Então, acho que você colocou todas as características novas que você deu dos últimos dez anos, como você diz. Nos últimos dez anos houve de fato uma série de mudanças, mas eu acho que a gente pode dizer que houve uma mudança nas fronteiras da divisão sexual do trabalho, mas, a divisão sexual do trabalho, ela mesma, permanece, ela continua existindo, não dá para dizer que a divisão sexual do trabalho desapareceu porque houve toda uma série de novas características no trabalho das mulheres, no mercado de trabalho das mulheres etc.

Eu dou o exemplo da pesquisa que foi levada a cabo pela Bárbara Castro, da Unicamp, sobre as mulheres que trabalham em teletrabalho, em telemarketing⁵, que são profissionais muito qualificadas, com diploma de nível superior e que trabalham nas suas próprias casas etc. E dá impressão de que mudou o trabalho dessas mulheres porque elas já não estão mais num contexto de trabalho e de divisão do trabalho tradicional. Entretanto, tudo o que ele mostra é que, dentro da casa, as mulheres continuam fazendo o trabalho de casa, as mulheres continuam tendo uma discriminação espacial, os

Nos últimos dez anos houve de fato uma série de mudanças, mas eu acho que a gente pode dizer que houve uma mudança nas fronteiras da divisão sexual do trabalho, mas, a divisão sexual do trabalho, ela mesma, permanece, ela continua existindo, não dá para dizer que a divisão sexual do trabalho desapareceu porque houve toda uma série de novas características no trabalho das mulheres, no mercado de trabalho das mulheres etc.

5 cf. Barbara Castro, *As armadilhas da flexibilidade, trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação*. São Paulo: AnaBlume, 2016.

maridos continuam tendo melhores condições de trabalho dentro das suas próprias casas e acho que a própria pandemia mostrou isso. Os relatos que eu ouvi sobre a pandemia no Brasil mostram que as mulheres estão em casa, os homens também, e então os homens participam mais no trabalho doméstico, mas as mulheres têm muito mais trabalho doméstico do que tinham antes, porque têm que cuidar das lições dos filhos por internet; têm de cuidar de três refeições, e que tudo isso não só diminuiu, mas aumentou a carga do trabalho doméstico sobre essas mulheres. Esse seria o exemplo, essas mulheres que a Bárbara Castro entrevistou mostram que houve uma mudança no trabalho das mulheres porque elas não tinham esse tipo de trabalho antes, mas ao mesmo tempo, a mudança não afeta a divisão do trabalho entre homens e mulheres, cuja fronteira se modifica, mas a própria divisão sexual do trabalho continua.

A mesma coisa em relação às mulheres hoje que ocupam profissões antes dedicadas apenas a homens, que é o das jornalistas, publicitárias, médicas, trabalhadoras executivas em bancos, advogadas, farmacêuticas, arquitetas, professoras universitárias, toda uma série de profissões em que hoje em dia as mulheres têm uma presença minoritária, mas significativa. Há uma mudança na divisão sexual do trabalho porque há mais mulheres do que homens que estão nesse tipo de trabalho muito qualificado, mas a maioria continua, como vocês disseram, em situação muito precarizada, a maioria continua em trabalhos ligados à saúde, ligados à educação, ligados à higiene e todas as ocupações que são normalmente executadas, realizadas dentro do lar pelas mulheres e que quando citou a professora primária cuidando de crianças ou quando você é auxiliar de enfermagem cuidando de doentes, são trabalhos que são majoritariamente muito precários, muito mal pagos e que continuam sendo exercidos pelas mulheres. Então, nisso há uma permanência.

Eu acho que importante é ver que há permanência e variabilidade na divisão sexual do trabalho e o aspecto de permanência através do tempo e através do espaço é bastante visível apesar das mudanças ocorridas, tanto na sociedade, quanto na legislação, quanto no tratamento mesmo que se dispensa aos homens, às mulheres etc. Eu acho que o fato do Joannes ter citado o caso das LGBT, por exemplo, mostra que é necessário a gente levar em conta que a divisão sexual do trabalho, o próprio conceito da divisão sexual do trabalho, se modificou, porque na origem, quando Danièle Kergoat

elaborou esse conceito de divisão sexual do trabalho, é a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, entre um homem e uma mulher, enquanto hoje a gente fala de vários sexos. Até [Anne] Fausto-Sterling fala de cinco sexos. Então, há toda uma série de mudanças na maneira de considerar essa divisão sexual, porque esse sexo pode ser um sexo masculino, um sexo feminino, pode ser um sexo trans, pode ser uma variedade muito grande. Inclusive, vários autores hoje em dia mostram que há uma necessidade de pensar uma multiplicidade de sexos ou uma possibilidade de passar de um sexo para outro, como diz a Judith Butler. A Judith Butler pensa que o sexo não é algo de determinado e de fixo, que você pode passar de um sexo para outro. Dependendo de sua identidade sexual, é móvel. A identidade sexual não é algo de fixo. E essa concepção modifica, claro, a ideia da divisão sexual do trabalho tal como a gente tinha originalmente como divisão sexual do trabalho entre um homem e uma mulher. Pode ser outra coisa se você coloca no conceito de divisão sexual do trabalho as ideias da Judith Butler, as ideias da Anne Fausto-Sterling etc. Então, acho que isso complexifica o conceito e complexifica não só a noção do conceito, mas complexifica a maneira de utilizar o conceito para estudar a realidade empírica hoje em dia, para estudar o que empiricamente nós vemos como a realidade nas sociedades contemporâneas.

Telma: É, professora, esse olhar, bem mais amplo e complexo realmente é um grande desafio para todos os pesquisadores. Então, nesse sentido, o que a senhora diria para as novas pesquisadoras, as mulheres que estão exatamente numa graduação, as jovens que estão curiosas para compreender esse mundo em mutação do ponto de vista do trabalho e principalmente num país como o nosso, que ainda mantém essa hierarquização e essa divisão tão rígida?

Helena: Eu acho que assim... as jovens pesquisadoras de um lado, eu sempre aconselharia, na boa tradição da Sociologia do Trabalho francesa, muita pesquisa empírica, porque acho que é muito importante aqui em Pa-

Dependendo de sua identidade sexual, é móvel.

A identidade sexual não é algo de fixo. E essa concepção modifica, claro, a ideia da divisão sexual do trabalho tal como a gente tinha originalmente como divisão sexual do trabalho entre um homem e uma mulher.

ris e na França, nas universidades, o trabalho empírico. Isto é, a pesquisa empírica, a pesquisa de campo, sobre qualquer que seja o assunto. Eu lembro, por exemplo, de uma doutoranda em cuja banca eu estive em Minas Gerais, que trabalhava sobre “a mulher na mineração”⁶. O fato da mulher estar a trabalhar na mineração com transporte de minério já é algo que você, fazendo uma pesquisa empírica, você conhece uma realidade que você não conhecia antes e, fazer pesquisa é trazer novos conhecimentos. Então, acho que o conhecimento que você pode ter, fazendo uma pesquisa empírica, qualquer que seja o campo, é muito importante. E a segunda questão que é relacionada à primeira é que realmente é muito importante você conseguir ter um domínio dos conceitos, isto é, de ter um conhecimento teórico como vocês devem provavelmente ensinar aos seus alunos. Com o cabedal de conhecimentos teóricos que vocês têm, é uma maneira de as pessoas saberem o que, como pesquisar; porquê pesquisar; e porquê pesquisar esse campo e não outro; essas pessoas e não outras; e o interesse, acho que sempre vem de alguma maneira do gancho que um conhecimento teórico pode proporcionar, em termos de interesse, por uma dada realidade.

E aí, acho que, concluindo em relação a esses dois pontos, o teórico e o empírico, acho que a nossa realidade, a nossa realidade individual, pessoal, sempre contribui para a escolha da pesquisa, para a escolha do caminho. Eu, por exemplo, certamente comecei a me interessar por cuidados porque eu comecei a ficar velhinha e comecei a ver que a minha mãe estava velhinha. Ela estava precisando de cuidados, então, é um traço biográfico, mas eu acho que é um traço biográfico que me leva a ter interesse por coisas que eu não me interessei quando eu tinha trinta anos ou quando eu tinha quarenta anos, quando a minha mãe era muito jovem e eu também. Então, eu acho que também o fato de que o interesse, por exemplo, pela política, ou pela relação entre militância e conhecimento, militância e teoria, são coisas que você pode ter ou não ter dependendo da sua experiência individual, da sua experiência de vida. Aí, eu acho que tudo isso entra de uma maneira ou de outra nas suas escolhas. Certamente se eu pudesse entrevistar vocês agora, diriam sobre as suas orientações e as escolhas, porque é que vocês foram por esse caminho e porque é que vocês escolheram esses temas de

6 cf. Raquel Quirínio, *Mineração, é lugar de mulher! Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro*, BH, UFMG, 2011.

pesquisa, esses temas de mestrado e doutorado; donde vem o interesse, tanto teórico quanto empírico; donde vem a participação, digamos, da subjetividade nisso tudo e porque vocês não escolheram uma outra profissão e escolheram ser universitárias e professoras e pesquisadoras? Mas eu não acho que posso fazer as perguntas para vocês. Não é o acordo. Nós não estamos nessa reciprocidade, infelizmente.

Joannes: Os franceses têm perdido o que conquistaram em termos de bem-estar social e nós, no Brasil, quando começamos a dar o primeiro passo para isso, logo começamos a perder, o que se fala em relação ao golpe de 2016 e toda a política ultra neoliberal que está em curso e, agora, com o governo com fortes traços fascistas, tudo piora. Então, o cenário do trabalho no Brasil está em processo de precarização, como o da educação, o da saúde, o da moradia, o do saneamento básico. Se antes houve um processo de melhoria, chegando a alcançar algo previsto na Constituição de 1988, como estado social, que é um avanço, o que é muito importante, agora nós passamos a um processo de precarização novamente, ou seja, de piora da vida das pessoas, de exclusão dos direitos, de uma precarização da vida.

Então, atualmente, como você vê, digamos, a precarização do trabalho em relação a esses países? Você colocou um pouco essa questão agora. O Brasil acaba perdendo mais do que a França nesse contexto. Mas a França também tem tido muitas perdas do estado de bem-estar social que foi conquistado pelas lutas sociais que aconteceram na França. Nesse sentido, a reforma trabalhista, a reforma previdenciária são reformas que estão acontecendo no mundo, em vários países. Como você tem visto as consequências dessas ações neoliberais, não só no Brasil, mas na França? E nesse contexto, como você observa esse movimento que envolve especificamente países da América Latina, como o Brasil, e um país com um estado de bem-estar social que foi bem estruturado, como é o caso da França, em tempos de neoliberalismo, de política neoliberal global?

Helena: Eu acho que de fato existe uma política neoliberal global que faz com que justamente na França se observe uma reforma trabalhista que tem muita proximidade com a reforma trabalhista que foi implementada no Brasil. A única coisa é que essas reformas não agem sobre um cabedal de instituições, de leis iguais. Não é, porque aqui há instituições

sindicais, há estruturas sindicais muito poderosas e que de certa forma fazem não recuar, mas elas impedem a aplicação como seria desejável para os reformistas de conseguir que essas reformas sejam implementadas. Eu acho que aqui há mais dificuldades para implementar essas reformas trabalhistas, embora, se a gente for ler as reformas trabalhistas francesas e latino-americanas (brasileiras, argentinas etc.), a gente vê que os pontos são comuns e a política neoliberal é a mesma tanto num país quanto no outro. Provavelmente a Márcia Leite deve ter falado para você sobre isso porque ela fez uma pesquisa ou está fazendo uma pesquisa sobre a reforma trabalhista do Brasil comparando com a França e ela estudou, portanto, os diferentes mecanismos de reformas implantadas aqui na França. A questão é que houve um aprofundamento dessa reforma em relação à universidade, como uma lei que agora está sendo de novo, se aventa votar, mas com a pandemia, com o coronavírus, tudo isso ficou meio paralisado, acabou-se colocando “entre parênteses” e agora é que vai se voltar de novo a pensar em texto de lei, como vai a reforma da aposentadoria, por exemplo, que era uma reforma bastante contestada pelos sindicatos porque não se pensava mais em termos de antiguidade, de tempo de serviço, mais em termos de pontos em toda a carreira que você tem na sua vida. Toda uma série de características da reforma que eram bastante negativas para os trabalhadores e havia realmente uma contestação bastante unânime da parte do sindicato, da parte dos coletivos dos trabalhadores, e essa reforma também foi suspensa por causa da pandemia e agora vai ser retomada, mas nem se sabe se vai ser retomada imediatamente porque existem divergências no seio do governo. O primeiro-ministro, porque há um novo primeiro-ministro, do presidente etc.

Acho que você tem razão de apontar que há algo de global nesse sistema de reformas e que ela vai atingir certamente os mais fracos dos dois países, os mais precários, no caso da França, e entre os mais precários, as mulheres porque existe em torno uma série de legislações no interior da reforma trabalhista que acabam atacando diretamente o direito das mulheres em relação, por exemplo, à gravidez, durante o período da gravidez, toda uma série de questões que são relacionadas aos direitos das mulheres e que foram postas em cheque com a reforma trabalhista na França. Eu acho que o importante é ver como cada um dos países pode enfrentar essas

reformas no contexto atual, que é um contexto que ainda exacerba as dificuldades criadas pela reforma para os trabalhadores.

Telma: Nós estamos vendo muitas ações de solidariedade, de partilha, da necessidade da gente encontrar e buscar saídas coletivamente, nesse momento de pandemia. Mas, por outro lado, nós também vemos o agravamento dessa distância entre esses mais empobrecidos e os que detêm maiores condições de vida e de trabalho. O que nós estamos percebendo, parece que é uma lavagem cerebral, aqui no Brasil, de muitos trabalhadores defenderem ainda esse sistema de exclusão. Então, na sua visão, vendo desde os anos 60 a luta desses trabalhadores para garantir minimamente melhores condições de vida e trabalho, como é que nós podemos reconquistar, ocupar mais espaços diante dessa ofensiva global, desse obscurantismo, dessas posturas neofascistas que vêm tomando força aqui no Brasil desde 2013 e muito fortemente após 2016 com o impeachment da Presidenta Dilma?

Helena: Eu acho que o importante seria haver uma resposta da sociedade civil organizada porque, na realidade, os movimentos sociais de base da sociedade civil ainda estão pouco presentes e aí acho que é a maior esperança nossa, porque os sindicatos, por exemplo, têm tido muito pouca presença por uma série de razões e eu acho que os partidos políticos, também. Não há uma frente, uma união dos partidos de esquerda como seria de se desejar, então a gente só pode confiar mais que haja um movimento de união da sociedade civil, das pessoas, de coletivos de base, e, por exemplo, eu vi que em algumas favelas grandes houve solidariedade e organização de coletivos de base para ajudar e fazer com que toda uma série de ações necessárias, que não vinham de cima, do governo, pudessem ser organizadas pelos próprios moradores. Não sei se existem outros exemplos, mas certamente não estamos mais na situação nem dos anos 60, nem nos anos 70. O momento em que houve realmente uma esperança em torno do Partido dos Trabalhadores. O momento em que houve uma força sindical importante dos trabalhadores do ABC etc. Tudo isso pertence ao passado e acho que não dá para dizer que são coisas que têm uma existência, uma atuação, hoje, importante, inclusive, porque eu acho que a sociedade e a indústria no Brasil mudaram. Acho que houve uma desindustrialização realmente bastante grande com consequências importantes em

termos de mão de obra industrial, de força de trabalho que não tem mais possibilidade de se sindicalizar.

Os informais não se sindicalizam, é muito difícil você ter uma organização pela base de trabalhadores que possam enfrentar uma situação tão difícil como aqui nós vemos hoje em dia e a impressão que a gente tem, é possível que depois da pandemia a situação volte a ser como antes, isto é, de grande desigualdade social e, como você diz, é uma situação em que as pessoas que estão em situação muito precária estejam em situação ainda mais precária e, com essa desigualdade igual a antes, e acho que é uma questão que é importante salientar nos estudos sobre cuidado, a gente sempre tinha a discussão sobre o cuidado e a vulnerabilidade. Então, se perguntar: “será que as pessoas são vulneráveis ou autônomas?” E as teóricas do cuidado achavam que a vulnerabilidade era de todos nós, que todos nós somos vulneráveis em algum momento das nossas vidas e todos temos que ter uma ética do cuidado, temos todos que lutar para que todos sejamos iguais em relação a vulnerabilidades, que ajudemos mutuamente uns aos outros e que não sejam só mulheres, não sejam só as pobres, não sejam só as negras que façam um trabalho de cuidado. E essa questão da vulnerabilidade mudou com a pandemia porque os homens que justamente achavam que eles eram autônomos, não vulneráveis, os homens ricos, os brancos de classe média começaram a dizer “nós esquecemos que somos vulneráveis”. Por que? Face à pandemia, face ao vírus, todos começaram a se considerar vulneráveis, tanto assim, necessitando de cuidados quanto necessitando de terapêutica mesmo, de saúde, de profissionais de saúde para começar pelo Presidente Macron, que disse: “somos todos vulneráveis e acho que esquecemos que éramos vulneráveis”, e todos agora dizem “cuidem-se, tomem cuidado”.

[...] certamente não estamos mais na situação nem dos anos 60, nem nos anos 70. O momento em que houve realmente uma esperança em torno do Partido dos Trabalhadores. O momento em que houve uma força sindical importante dos trabalhadores do ABC etc. Tudo isso pertence ao passado e acho que não dá para dizer que são coisas que têm uma existência, uma atuação, hoje, importante, inclusive, porque eu acho que a sociedade e a indústria no Brasil mudaram.

E a questão do cuidado se tornou alguma coisa de bastante central nos dias de hoje, mas isso vai mudar a sociedade? Provavelmente não. Porque o que a gente está vendo agora no desconfinamento, as enfermeiras, as ajudantes de enfermagem pediram aumento salarial pelo trabalho que executaram e pelo trabalho que elas executam que isso seja reconhecido, e elas pediram 300 euros a mais no salário delas porque não gostaram da história de receber um prêmio que era mais importante em termos financeiros, mas que era uma vez só e acabou, enquanto que o salário é mensal. Aí, elas não receberam esses 300 euros que elas pediram por pessoa, mas 185 euros divididos em duas etapas. Uma etapa no fim desse ano e uma etapa no ano que vem, e nada em relação ao hospital, porque elas pediram que o hospital tivesse mais leitos, que contratasse mais gente porque eles não eram em número suficiente. Tudo isso está sendo implementado. Então, a gente fica se perguntando quais vão ser as lições do que está acontecendo hoje para os homens públicos, para os governos, para as pessoas? E, eu acho, por exemplo, que a questão da renda mínima se coloca de maneira bastante evidente. Nós estamos perdendo um programa online com a Lena Lavinas, no “Instituto dos Estudos Avançados” da Federal Rural do Rio de Janeiro e a discussão que ela ia propor era sobre a necessidade de uma renda mínima, e isso está se colocando também aqui, e até se colocou porque foi dado, no Brasil, uma renda mínima, mas que depois, acho que foi muito difícil porque não tinham um cadastro geral, um cadastro eficiente. Depois não tinha dinheiro e o número suficiente de meses, mas é certo que uma maneira de diminuir a desigualdade social hoje vigente no Brasil seria alguma coisa desse tipo. É verdade que desde 91 reivindicamos a renda mínima com Suplicy, mas isso não acabou por ser efetivado de maneira regular até hoje e provavelmente seria uma das formas porque a desigualdade social é tão grande no Brasil que a gente não sabe de onde começar, por onde se pode resolver esse problema e certamente alguma coisa de política geral seria necessária. E agora, por que é que isso não foi feito nos governos do PT? É uma pergunta. Porque o PT ficou no governo bastante tempo e daria para fazer alguma coisa desse tipo.

Joannes: Como você, Helena Hirata, uma mulher, que se envolveu com os estudos, inclusive sobre trabalho de migrantes, saiu do Brasil, foi para a França pesquisar e está com “tudo” o que foi dito na entrevista, do elemento autobiográfico... como você percebe essa produção teórica, meto-

dológica, analítica, feita na Sociologia, nas Ciências Humanas de um modo geral, sobre o trabalho?

Helena: Enquanto grupo social, as mulheres trouxeram a marca da sua personalidade de mulheres pesquisadoras e acho que em condições bastante difíceis, que perduram até hoje. Por causa do aniversário do Florestan Fernandes foi feita uma entrevista pelo jornal da USP ao Fernando Henrique Cardoso, que eu pude assistir, e foram três pesquisadores homens, três jornalistas homens que o entrevistaram, quando há muitas mulheres jornalistas no jornal da USP e há muitas mulheres que eles poderiam ter convidado para fazer essa entrevista. Acabou sendo os maiores jornalistas do jornal da USP que tiveram acesso a fazer essa entrevista em homenagem ao centenário do Florestan Fernandes. Então, e a gente sabe todos os problemas que teve a Heleieth [Saffioti], todos os problemas que teve a Elisabeth Souza-Lobo até conseguir ter um posto de trabalho na Universidade. Então, acho que de fato, é muito difícil para as mulheres conseguirem no mundo em que estão em concorrência direta com os homens, ter um lugar ao nível da produção, de igualdade com os homens. Acho que é importante lembrar uma frase da Virginia Woolf em que ela diz que para produzir, para criar, é necessário ter um espaço para si mesmo, um quarto para si⁷, que você tenha sempre um espaço para si e, sem dinheiro, você não consegue criar, escrever. Eu acho que, é uma verdade que as mulheres em geral têm menos espaço ao nível das suas casas. Eu me lembro, por exemplo, que a Beth Lobo tinha uma mesa no quarto dela e o Marco Aurélio [Garcia], marido dela, tinha um escritório com livros dele. Então, a gente tem menos espaço, inclusive mesmo num casal progressista. E acho que é um problema que as mulheres são consideradas, que devem ser altruístas, e não egoístas. Então, ser altruísta é cuidar do outro, é pensar no outro e não pensar em si mesma, e o altruísmo é realmente uma negação da criação. Enquanto você está se preocupando com o outro você não vai nem criar, nem escrever, nem fazer os seus artigos, nem ter um lugar na Sociologia

E acho que é um problema que as mulheres são consideradas, que devem ser altruístas, e não egoístas. Então, ser altruísta é cuidar do outro, é pensar no outro e não pensar em si mesma, e o altruísmo é realmente uma negação da criação.

7 cf. Virginia Woolf, A room of one's own, London, The Hogarth Press, 1929.

do Trabalho, enquanto se você tem que ser egoísta porque é um defeito, considerado um defeito gravíssimo nas mulheres, você tem de ser egoísta para poder fechar a porta, deixar as crianças fora, deixar o marido cozinhar a sua própria comida e se dedicar a escrever. Então, acho que é um problema que é societal, é da sociedade mesmo e que é muito difícil resolver porque aí entra a questão da subjetividade, da intimidade, da relação amorosa, que até hoje é considerada como sendo uma desculpa para perdurar essa situação, esse tipo de situação das mulheres e dos homens.

Então, acho que para o punhado de mulheres que têm um nome na Sociologia do Trabalho que você citou, você imagine as milhares de mulheres que acabaram não podendo seguir uma via de universitárias, de pesquisadoras, de professoras e acabaram criando os filhos porque era importante e porque não era o marido que ia criar os filhos e iam ser elas e que acabaram, embora tenham feito o seu Doutorado, tenham a sua tese, tenham o seu diploma, acabaram não podendo fazer uma carreira universitária, uma carreira de pesquisadora, embora tivessem vocação, competência, estudo, cabedal teórico, etc. Eu mesma conheço várias jovens pesquisadoras nesse caso, que entre a família, as crianças pequenas, o marido e a dificuldade em conseguir um emprego acabam sendo mães, principalmente, e deixando o trabalho, acadêmico ou não, ao seu marido.

Telma: Sem falar no dilema da consciência em que se está a fazer uma tese, estudando, estar deixando filho, ou o contrário, estar com o filho e deixar a tese. Várias pesquisadoras realmente reconhecem essa dificuldade, essa luta histórica que nós temos.

Então, professora, não sei como agradecer as suas palavras sábias, a sua valorosíssima contribuição para o nosso trabalho, enfim, que nós vamos continuar fazendo essa discussão e trazendo à pauta do trabalho e das mulheres na nossa sala de aula e na nossa prática e na nossa postura para a gente realmente tentar construir novas relações.

Helena: Obrigada!

Joannes: Professora, para nós foi muito importante contar com a sua contribuição. Muito obrigado!

Helena: Obrigada a vocês! Os dois! E obrigada por todo o trabalho!

Entrevistadores

Cosma Silva de Araújo - Graduada em História- UVA. Mestre em História e Culturas- UECE. Graduanda em Artes Visuais pela Universidade Estadual do Ceará - UAB. Servidora pública.

Fannuel Santos Mesquita - Graduado em História-Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Joannes Paulus Silva Forte - Graduado em Ciências Sociais na modalidade Licenciatura pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2004), em Ciências Sociais na modalidade Bacharelado pela UFC (2004), mestre em Sociologia pela UFC (2008) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2019) com cotutela no Département Droit, Intervention Sociale, Santé, Travail (DISST) do Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM-Paris-França). É Professor Adjunto J da Universidade Estadual Vale do Acaraú. É docente do quadro permanente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), na associada UEVA.

Viviane Prado Bezerra - Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 274 páginas e em e-book formato pdf.
Maio de 2024.

Série
Território
Científico

Editora
**SERTÃO:
CULT**
10 anos

Uberização, gênero, trabalhadores tradicionais, trabalhadores da terra, o sindicalismo, desigualdades, diálogo, pesquisa, capitalismo, empatia. Cada uma destas palavras-chave é fundamental para aqueles que têm interesse pelos estudos acerca do mundo do trabalho. Mais ainda: são temas fundamentais para cada um de nós, trabalhadores, inseridos em uma sociedade em constante transformação, nem sempre (ou quase nunca) para melhor.

Pensando nisso, a série Território Científico uniu neste seu 5º volume entrevistas com 11 pesquisadores que se dedicam há anos ao mundo do trabalho e aos trabalhadores. Para melhor conhecermos nossa sociedade, nada melhor do que conhecermos aquilo que a move: o trabalho. Por isso convidamos vocês, caros leitores, a refletirem conosco sobre nossa realidade, que é primeiro passo para que possamos tornar essa transformação mais justa.

ISBN 978-655421130-7



9

786554

211307

Editora **SERTÃO:
CULT**